

**BARREIRAS PROFISSIONAIS: O CASO DAS MADRES COMUNITÁRIAS
COLOMBIANAS**

PROFESSIONAL BARRIERS: THE CASE OF COMMUNITY MOTHER COLOMBIAN

Márcia Nogueira Amorim¹
Carolina Maria Mota-Santos²

RESUMO

Neste caso para ensino analisamos as atividades docentes de uma Madre Comunitária (MC) colombiana. Quase 70% da educação infantil da Colômbia é realizada nesse modelo onde a casa da professora é o local em que as aulas acontecem. O caso objetiva avaliar as dificuldades impostas às mulheres de baixa renda ao realizar seu trabalho dentro da própria casa. Foi baseado em entrevistas com uma MC, na observação direta detalhada de seu trabalho realizado na “casa escola” e em documentos regulamentadores da profissão disponíveis no site oficial do governo colombiano. Avaliamos a identidade profissional docente, a divisão sexual do trabalho e semelhanças do trabalho das MC com mulheres de baixa renda no Brasil e América Latina.

Palavras-chave: caso de ensino; madres comunitárias; trabalho feminino; baixa renda; divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT

In this teaching case, we analyze the teaching activities of a Colombian Community Mother (MC). Almost 70% of early childhood education in Colombia is carried out in this model where the teacher's house is the place where classes take place. The case aims to assess the difficulties imposed on low-income women when carrying out their work within their own home. It was based on interviews with a MC, on direct detailed observation of her work carried out in the “home school” and on documents regulating the profession available on the official website of the Colombian government. We evaluated the professional identity of teachers, the gender division of labor and similarities between MC work and low-income women in Brazil and Latin America.

Key words: case studies; community mothers; female work; low income; sexual division of labor.

1. INTRODUÇÃO

¹ Doutora em Administração PUCMINAS, área de Pessoas, Trabalho e Sociedade; Mestre em Epidemiologia pela UFMG; Gestora e Consultora Educacional. E-mail: marciaamorim.n@gmail.com

² Professora do PPGA da PUCMINAS. Coordenadora do NERHURT - Núcleo de Estudos em Recursos Humanos e Relações de Trabalho.

O trabalho das mães comunitárias¹ colombianas será analisado aqui sob a perspectiva dos relatos de vida de Adriana, uma mãe comunitária que reside no município de Popayán, no estado de Cauca, Colômbia. Sua casa está situada num bairro pobre chamado Bello Horizonte. Ela se responsabilizava pelo trabalho com 12 crianças com idades entre 3 e 4 anos no mês de abril de 2018.

Esse artigo faz parte de um recorte feito a partir da pesquisa de doutorado de uma das autoras. O contato inicial com este tema e com este país se deu em uma reunião de uma das autoras com líderes comunitárias colombianas cujo objetivo era sensibilizá-las a votar em outras mulheres debatendo a importância da paridade entre os sexos nos cargos políticos. As eleições para cargos legislativos no país estavam se aproximando e nesse encontro estavam presentes 30 líderes femininas, aproximadamente.

Ela aceitou o convite para contar um pouco de sua experiência como Mãe Comunitária antes de iniciar a reunião com o grupo. Esta profissão é uma especificidade da Colômbia e guarda características sobre trabalho de mulheres de baixa renda que merecem reflexão acerca das atribuições femininas e sobre trabalho nos espaços domiciliares.

Adriana começou seu relato falando orgulhosamente sobre os 17 anos de trabalho nessa função. Fez questão de destacar que “antigamente era um trabalho não reconhecido como profissão”. Sua mãe foi Mãe Comunitária por vários anos e ela foi criada nesse ambiente, mas não gostava muito do ofício de sua mãe. Recebiam apenas ajuda de custo das famílias das crianças cuidadas e, da parte do governo, recebiam alguns alimentos para servir durante o dia, mas que eram insuficientes para o que precisavam.

Sua mãe se cansou deste ofício, teve alguns aborrecimentos e decidiu que iria parar por um tempo. Chamou os pais para informar esta decisão e disse que sua filha a substituiria por 3 a 6 meses até que conseguissem resolver as pendências. Mas a história mudou de rumo:

[...] depois desse tempo minha mãe decidiu que não ia regressar e assim começa minha grande aventura de ser mãe comunitária. Estava solteira e comecei esse bonito labor com muitas dúvidas, muitos medos. Estava solteira e não tinha filhos e teria que ser responsável por todos esses pequeninos. Comecei a me capacitar, fui muito bem recebida no ICBF, as companheiras da associação me deram muito boas-vindas também e pouco a pouco fui aprendendo como era a temática. Posteriormente o instituto abriu uma convocação para ser técnico da atenção à primeira infância, gostei da ideia, me inscrevi e gostei muito de fazer o curso técnico (Mãe Comunitária- Adriana Valverde).

2. MADRES COMUNITÁRIAS: É POSSÍVEL IR ALÉM DE MÃE E EDUCADORA?

Segundo os relatos de Adriana, e comprovações documentais, o trabalho das Mães Comunitárias (Mães Comunitárias, em tradução livre), integra uma política pública

colombiana instituída no final da década de 1980 pelo Instituto Colombiano de Bienestar Familiar (ICBF) e que foi pensado para ser desenvolvido dentro das próprias casas das trabalhadoras. Ao assumir esta função, as casas passavam a ser chamadas de “Hogares Comunitários de Bienestar Familiar” (HCB). A lei que criou os HCB os descrevia como lugares onde as famílias se juntavam aos vizinhos para atender às necessidades básicas de nutrição, saúde, proteção e desenvolvimento individual e social das crianças dos estratos sociais mais pobres do país (Ley 89, 1988).

O ICBF é uma entidade governamental que trabalha para a prevenção e proteção integral da primeira infância, da gravidez, da adolescência e do bem-estar das famílias, com atenção especial para os que estão em condições de ameaça ou vulnerabilidade de direitos. É o responsável pelo programa HCB num esforço conjunto com o Ministério da Educação Colombiano, além de ser o mantenedor/sustentador da proposta educacional para a primeira infância.

O programa HCB é destinado a crianças de 0 a 5 anos e prioriza o investimento em Nutrição, Saúde, Proteção e Educação Pré-escolar e Adriana acredita que existam mais de 100 mil Hogares de Bienestar no país, cumprindo com a educação de quase 70%² das crianças nesta faixa etária. Ela relatou também que naquele momento havia mais de 69 mil madres comunitárias trabalhando. No início do programa as mulheres eram trabalhadoras voluntárias e que não tinham qualificações específicas pois, o trabalho se baseava em cuidados maternos e afazeres domésticos considerados naturais para as mulheres. As famílias beneficiadas faziam doações livres para o sustento dos HCB e o governo provia a alimentação das crianças. As demais despesas e a manutenção das casas eram responsabilidade de cada MC.

Além de atender às mães empobrecidas que precisavam sair para trabalhar, o programa tinha o objetivo de garantir que as crianças seriam cuidadas, protegidas e teriam acesso à educação pré-escolar³. Mas, desde 2005, o governo modificou a forma de tratar esta questão porque o número de crianças que entravam na escola regular após os 6 anos ou que completavam o ensino médio estava muito baixo.

O Estado passou a investir na capacitação das Madres Comunitárias como agentes educadoras para que afinassem o discurso com o que era desejado por quem elaborava as políticas educacionais do país. Com isto as madres comunitárias começaram a lutar por direitos trabalhistas e pelo reconhecimento da profissão alcançando o direito a um salário-mínimo e a participação no sistema de saúde e aposentadoria colombianos.

Estes avanços foram importantes, mas o trabalho realizado na própria casa e as múltiplas tarefas que as MC desempenhavam sempre as manteve conectadas aos afazeres domésticos e às atividades maternas. Adriana percebeu um conflito entre as funções de educadora e de mãe na profissão e se juntou aos grupos organizados que lutavam por melhorias das condições de trabalho e por reconhecimento da profissão como educadora.

3. OS PRIMEIROS PASSOS NA PROFISSÃO

Em 2018, Adriana tinha 35 anos de idade e já trabalhava como MC há 17 anos, tendo começado ainda muito jovem para substituir sua mãe, como relatado anteriormente. Tendo vivido junto com sua mãe a realidade desse trabalho ela conhecia as dificuldades e dava importância às lutas e conquistas da categoria. Confirmou que as mães comunitárias iniciaram sua caminhada política em busca de reconhecimento, a partir da década de 1990, filiando-se ao sindicato e dando início a organização de greves e paralisações em todo o país.

As primeiras conquistas provenientes destas lutas trabalhistas relacionaram-se ao direito de serem incluídas no Sistema de Saúde e Seguridade Social e depois o direito ao salário-mínimo, em 2014. Mesmo diante destas conquistas, Adriana manteve sua capacidade de avaliar o cenário político identificando fragilidades nas conquistas:

Seguimos vulneráveis, porque o trabalho era feito em nossas casas que colocamos a serviço da comunidade (Madre Comunitária- Adriana Valverde).

O estado colombiano oferecia infraestrutura e manutenção predial para outros programas do ICBF, mas não para elas. Toda a despesa com manutenção da casa e adequações para o exercício da atividade educativa era custeada por elas mesmas e, por isto, Adriana achava justo continuar exigindo do governo maior apoio na infraestrutura.

Faltava capacitação também, o que para ela era um ponto fundamental. Destacou que não era suficiente terem apenas a formação em “bachillerato”, correspondente ao Ensino Fundamental no Brasil, e “ser uma senhora que queria ajudar”. Ela descobriu isto quando teve a oportunidade de fazer o curso técnico promovido pelo ICBF. Mais um motivo para permanecer unida ao grupo sindical responsável pelas mobilizações em busca de mais melhorias.

4. A CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO

Adriana não se descuidava da busca por excelência no trabalho diário com as crianças. A docência é o eixo central do trabalho para ela, e isto ficou claro em diversos momentos enquanto discorreu sobre o alinhamento pedagógico exigido para se manter no programa do ICBF. Segundo ela, as exigências eram grandes e muito arbitrarias, mas com pouca contrapartida do governo. Sendo assim elas tinham que se “virar com a parte pedagógica, nutricional, psicológica e de atendimento das famílias”, em suas próprias palavras.

Buscar os meios ou recursos para atender bem as famílias era uma preocupação constante para ela e fazia planejamento de atividades diversificadas para cumprir adequadamente o seu ofício:

Não cuido só das crianças. Eu pelo menos faço escola de pais. Programo atividades com eles a cada mês. Busco padrinhos ou madrinhas para ajudar com brindes ou presentinhos para as crianças. Convido amigos que colaboram. Busco profissionais que possam fazer palestras, orientar os pais, pois são todos do mesmo estrato social

mais baixo, como eu. Trato de temas como violência, maus tratos, uso de drogas e outros que precisam. O ICBF, por alinhamento, exige todas essas coisas, mas não oferece profissionais, sendo que os têm, mas não disponibilizam para o trabalho com os pais nos HCB Familiares. (Madre Comunitária- Adriana Valverde).

O amor, a doação, a dedicação e a vocação são as características mais relevantes no perfil das mães comunitárias na opinião de Adriana. Ela enfatizou que o valor do salário não era suficiente para cobrir os gastos e ainda deixar alguma margem para elas, então faziam tudo muito mais por amor. Ressaltava as vantagens com alegria.

Ela se orgulhava de permanecer na profissão, mesmo com as dificuldades do início. Casou-se com 25 anos e aos 29 teve um filho, comemorava o fato de ser mãe comunitária e poder acompanhar o desenvolvimento do filho de perto, ver seus primeiros passos, ser sua primeira professora. Isto lhe dava grande prazer e felicidade.

Enquanto preparava o lanche e um suco de tomate arbóreo em um dia de trabalho em seu HCB, Adriana falou sobre as capacitações ofertadas pelo ICBF. Ela sempre gostou de estudar, mas justificou que depois de fazer o “bachillerato” não pôde ingressar num curso técnico ou preparatório para a universidade porque era a mais velha de 4 irmãos e se sentia na obrigação de ajudar a família. Começou a trabalhar desde nova e parou de estudar, mesmo gostando tanto dos estudos.

Só depois de estar trabalhando como Mãe Comunitária pôde ingressar no curso Técnico de Atenção à Primeira Infância oferecido pelo governo para trabalhar como Mãe Comunitária (MC). Aprendeu muito, mas esta capacitação exigiu um grande esforço dela. Trabalhava com as crianças em seu HCB até as 15h30 aproximadamente, de segunda a sexta-feira, e depois estudava das 17h00 às 22h00, durante um período de dois anos. Ela disse que corria muito para dar conta de tudo, mas que aprendeu muito também. Ela atribuiu o sucesso da aprendizagem ao fato de ter tido professores excelentes no curso:

Na parte lúdica e pedagógica tive uma professora que era diretora de um jardim de infância há muitos e muitos anos, então nos ensinou a pedagogia da melhor maneira com a melhor metodologia e comecei a aplicar todos esses conhecimentos. E na verdade, me encantou. Pude dar o melhor de mim em meu trabalho, com os pais de famílias, com as crianças e foi uma experiência realmente extraordinária fazer o técnico (Madre Comunitária- Adriana Valverde).

Destacou também o trabalho de uma das professoras que era psicóloga. A profissional era muito acolhedora e comprometida com os alunos e Adriana “aprendeu a fazer mais coisas, usar ferramentas novas para o trabalho”. Para ela essa psicóloga “gostava de fazer a diferença”. Isto lhe serviu como fonte de inspiração. Ela continuou fazendo cursos de atualização, chamados “diplomados”, sempre que possível. Era fácil perceber, no jeito como tratava as crianças e no esforço para aprender, que ela também queria fazer a diferença naquelas vidas. Ela dizia que ser mãe comunitária implicava em realizar muitas tarefas e

muitas profissões, ou seja, para ela as professoras eram também psicólogas, chefs ou cozinheiras e também facilitadoras de diferentes processos. Isso tudo exige capacitação.

5. MÚLTIPLAS TAREFAS PARA MULHERES DE BAIXA RENDA

Quando perguntada sobre como ela se sentia frente a multiplicidade de tarefas que desempenhava com as crianças ela não hesitou em dizer: “me sinto como docente, como professora deles!” Esta era a principal identidade que ela construiu no trabalho. Se sentia educadora porque tinha que cumprir um programa pedagógico pré-determinado pelo governo, apesar de não poder descuidar da parte nutricional e do acolhimento sócio – emocional. Dizia:

[...]é um trabalho integral, completo. Porque eu fico com as crianças por 8 horas, de 7 e pouco da manhã até as 4 da tarde. Não é somente 4 horas como nas escolas. E depois das aulas as mães ainda me procuram para tratar de assuntos diversos, querem ser ouvidas, precisam de atenção (Madre Comunitária - Adriana Valverde).

Realmente o trabalho não era como na escola regular. Ela era responsável por preparar e servir os alimentos das crianças, limpar o espaço usado como sala de aula e a cozinha onde preparava os alimentos, fazer brincadeiras e cantar canções, além de ensinar a lição prevista para o dia. Não recebia nenhum tipo de ajuda para realizar todas estas tarefas durante o dia de trabalho e isto foi constatado na observação feita em seu Hogar em duas visitas exploratórias. Ela não parou para almoçar em nenhum momento, às vezes beliscava alguma fruta ou biscoito, mas não se sentou nenhuma vez para descansar. O cuidado doméstico dominava o trabalho em diversos momentos.

Por estar dentro da própria casa e ter um filho com quase 6 anos de idade, ela também preparava a refeição do filho e do marido, que estava desempregado e, portanto, ela era a chefe da casa naquele momento. A renda familiar dependia do trabalho dela.

Trabalhar em casa e não precisar deixar seu filho com outras pessoas era uma das vantagens desse trabalho para Adriana, mas isto significava também que ela não se desligava das obrigações maternas. Seu cuidado ia além da alimentação e o preparo do filho para ir à escola regular, já que ele completara idade para se transferir para a escola.

Em um determinado dia, fazendo a observação do trabalho dela no Hogar, ela deixou as crianças sob minha proteção e foi na garupa da moto, junto com o marido, levar o filho para a escola. Era uma tarde muito chuvosa, mas ela não hesitou em cumprir sua obrigação materna. Foi impressionante observar que o compromisso maternal superou sua dedicação ao trabalho a ponto de sair no meio da tarde para atender ao filho, mesmo com a presença e disponibilidade do pai.

Por pertencer ao estrato de mais baixa renda, Adriana usava seu trabalho para contribuir diretamente com a renda familiar. O trabalho não era hobby ou somente prazer⁴. Entretanto, ela desempenhava muitas tarefas domésticas e maternas ao mesmo tempo dentro da própria casa e não contava com ajuda de outras pessoas.

Ela precisava organizar sua rotina e a relação com a casa de forma que pudesse trabalhar e cuidar dos afazeres domésticos. Uma relação muito presente entre mulheres de baixa renda colombiana e que encontrou na função de mãe comunitária uma fonte de realização: trabalhava dentro da própria casa.

6. O USO DO ESPAÇO DA CASA PARA O TRABALHO

O espaço da casa de Adriana era todo ocupado pela escola. Uma casa muito simples, sem acabamento externo ou pintura. Possui dois andares, mas não há mobília da família em todo o andar inferior. A única mobília existente na sala eram as mesas e cadeiras de estudo e refeição das crianças, as estantes para guardar o material dos alunos e os armários com material da escola. Nas paredes estavam espalhados os cartazes indicativos da escola, rotas de fuga, marcação de atividades, trabalhos dos alunos. Nada que lembrasse a família que vivia ali. Só o trabalho.

Os limites entre o espaço de trabalho e o familiar na casa de Adriana não existiam. Alunos e moradores frequentam os mesmos ambientes: o banheiro, a pequenina cozinha, a sala e a área anexa, com brinquedos. Somente o quarto no andar superior era exclusivo da família. Tudo estava preparado para a escola e a família repartia todo o espaço com os alunos.

Não se via sinais de que em algum momento aquele espaço da casa se desvinculasse de sua função de produção trabalhista. As necessidades econômicas determinaram as escolhas daquela mulher que não hesitou em transformar sua casa em local de trabalho para poder cumprir seu papel de provedora da família, cuidadora do lar e satisfazer seu desejo de ser reconhecida como profissional. Ela cuidava de cada detalhe com esmero: o seu uniforme, o material que oferecia aos alunos, a qualidade dos alimentos, o cumprimento dos horários, o carinho demonstrado às crianças.

Em uma das entrevistas foi perguntado à professora como ela se sentia em relação a este trabalho que era feito dentro da própria casa, e como era para ela ter que dividir o espaço com a escola. Ela foi categórica:

Não há nada nesse andar da casa que seja meu. Tudo é do trabalho. Aumentaram as exigências quanto à sinalização do espaço, extintor de incêndio, as certificações de saúde. Tenho que deixar tudo exposto. Até o certificado de segurança da casa e as referências de localização geográfica. Além de todo o material dos alunos. Não sobra espaço para nós (Mãe Comunitária- Adriana Valverde).

Ela falava sobre o espaço de forma firme, porém serena. Apesar de ter consciência de que sua casa não era o lugar de refúgio e descanso da família durante a semana e que nem podia colocar seus próprios móveis nela, não se mostrava chateada. Era visível que o espaço da casa foi invadido pelo trabalho da rua em contrapartida com a oportunidade de trabalhar e ter a renda ampliada sem deixar de ser a mãe cuidadora da família.

Por outro lado, Adriana dizia que preferia trabalhar em sua casa a trabalhar nos Jardins Educativos Comunitários. Estes eram espaços destinados à educação de crianças de zero a cinco anos mantido pelo ICBF também⁴. São espaços próprios para escolas dentro de algumas comunidades, com profissionais específicos para cada função: cozinheiros e faxineiros, professoras, psicólogas e outros necessários para o funcionamento da escola.

Ao ser perguntada se preferia trabalhar em casa ou nos Jardins Educativos, Adriana garantiu que trabalhar em casa era melhor porque ela tinha mais autonomia sobre a distribuição das atividades educativas e sobre o cronograma. Ela considera que ter esta flexibilidade para definir as atividades é positivo para as crianças e para as famílias, já que vivem em condições vulneráveis. Na sua opinião os jardins educativos nem sempre são o melhor lugar em Popayán. “Podem ter melhor infraestrutura, mas não possuem a melhor qualidade de ensino e de atenção para as crianças”, disse ela.

No caso de Adriana, ao desempenhar sua função como mãe comunitária dentro da própria casa ela ganhava autonomia do trabalho, mas perdia a liberdade de desfrutar da sua casa como lugar de refúgio e descanso. Ela também deixava de se beneficiar das vantagens que um trabalho coletivo pode oferecer por causa das interações sociais, das lutas e conquistas do grupo, o desenvolvimento e as possibilidades de alcançar novos postos na carreira.

Talvez esta percepção justifique o empenho e interesse de Adriana pela organização sindical. Ela reconhece que o trabalho ainda era precário, mesmo com alguns avanços desde o tempo de sua mãe e sabia que precisava lutar com o grupo, já que esta era a profissão que escolhera e pela qual tinha amor e compromisso. Sua atenção estava sempre voltada para as questões políticas e trabalhistas envolvidas:

Nesta quinta-feira haverá uma votação na corte suprema para definir se as antigas MC, como minha mãe, terão direito a aposentadoria. Estamos organizando uma caravana para acompanhar a votação. É muito importante. E também estou preocupada com o contrato de trabalho. O ICBF só renovou nosso contrato de agosto a dezembro de 2018. O novo governo está falando em criar um ministério da família e não sabemos onde vamos trabalhar (Mãe Comunitária- Adriana Valverde).

Adriana demonstrou amor e dedicação pela profissão. É uma profissional consciente e que luta por sua categoria. Mas, as perspectivas futuras parecem pequenas. Ao final dos encontros e entrevistas ela já estava se planejando para mudar o rumo de sua carreira e ser uma educadora financeira das famílias:

Hoje já somos mais de 69 mil mães comunitárias no país. (...) O trabalho como mãe comunitária e a organização sindical me ajudaram a descobrir muitas fortalezas como mulher. Descobri outras facetas de minha vida que me encantam como, por exemplo, empreender no projeto de educação financeira. Agora estou determinada a empoderar outras mulheres para que se redescubram e reinventem (Mãe Comunitária- Adriana Valverde).

Lutas, conquistas, incertezas, novas lutas, reconhecimento e identidade profissional construída como educadora que se projeta agora para novos projetos, mas ainda limitados pelo espaço da casa que a mantém ligada às atividades domésticas.

7. NOTAS DE ENSINO

7.1. Objetivos de Ensino

1. Capacitar os alunos a identificar os conflitos e escolhas profissionais das mulheres de baixa renda, frente aos desafios da relação família x trabalho.
2. Habilitar os alunos a analisar a identidade profissional de mulheres.
3. Contribuir para a análise da interferência do tipo de espaço do trabalho na construção da identidade profissional e para o crescimento das mulheres trabalhadoras.
4. Desenvolver habilidades para comparar as realidades de trabalho das mulheres latino-americanas de baixa renda.
5. Refletir sobre as barreiras sociais impostas às mães comunitárias no exercício de sua profissão e a relação com as questões de gênero.

7.2. Relações com os objetivos de um curso ou disciplina

Esse caso nos permite analisar as barreiras que limitam o trabalho feminino e que impedem uma construção sólida de crescimento profissional. As mulheres ainda são alvo de sobrecargas de trabalho em casa, mesmo frente a necessidade premente de contribuir com a renda da família ou por ser a única fonte de renda e sustento. Este caso servirá ainda para incluir nos debates dos grupos de estudo a discussão sobre a importância do espaço de trabalho para a construção da identidade profissional e também como fator limitador do crescimento das mulheres por mantê-las muito conectadas a atividades consideradas caracteristicamente femininas como o cuidado, a proteção e a educação infantil.

Disciplinas sugeridas para uso do caso: Gestão de Pessoas; Trabalho e Gênero; Espaços de trabalho; Carreira e crescimento profissional.

7.3. Preparação para o Caso

É necessário que os alunos leiam as diversas referências bibliográficas indicadas para o caso e estudem sobre as atividades de trabalho das Mães Comunitárias correlacionando as atividades com a realidade cultural da Colômbia e comparando-a com a realidade brasileira ou latino-americana, principalmente para as mulheres que vivem em estratos sociais mais vulneráveis.

Os estudos devem basear-se na lógica da sala invertida, onde os alunos e alunas estudarão os temas relacionados ao caso em questão e trarão as proposições para o debate em plenária coletiva.

São propostos dois encontros de 120 minutos para o debate dos temas associados ao caso. A turma deve ser dividida em 4 grupos que apresentarão suas propostas com questões para que os colegas possam responder. Em seguida os conteúdos relevantes serão avaliados.

Aula 1- quatro grupos devem apresentar as questões discutidas e as propostas de reflexão para o conjunto dos alunos, utilizando 20 minutos cada. Tempo para debate do grupo sobre a adequação das questões propostas por cada grupo.

Aula 2- O(a) professor(a) orientador(a) fará a análise das atividades executadas na Aula 1. Na sequência os alunos deverão apresentar questões de avaliação de conteúdo, no máximo 3 questões para cada grupo. A avaliação geral de aproveitamento de aprendizagem será conduzida pelo(a) professor(a) orientador(a) com a abordagem geral sobre o cenário de trabalho para as mulheres latino-americanas em situação de vulnerabilidade.

Aspectos essenciais para reflexão dos alunos e proposição das questões para discussão:

Adriana considera que os aspectos mais importantes em sua profissão são as atividades educativas seguidas das atividades de proteção das crianças, depois as atividades de acolhimento socioemocional e as nutricionais. Como se constrói identidade com o trabalho? Quais seus conceitos e abordagens? Não esquecer de consultar Machado (2003); Dubar (2012); Carrieri, Maranhão, Murta e Souza (2009).

1. Ao valorizar as capacitações para alcançar maior excelência na profissão, Adriana mostra seu interesse pelo trabalho. Isto é factível para a profissão das Madres Comunitárias de modo geral? E no caso do Brasil quais as possibilidades de trabalho encontram as mulheres de classe baixa? E há possibilidades de crescimento profissional? Se sim, quais?
2. Ao reforçar seu desejo de continuar exercendo a atividade profissional dentro da própria casa para ter mais autonomia, Adriana não demonstra que entende que isto a mantém muito presa aos afazeres domésticos e maternos. A naturalização das atribuições culturalmente consideradas como femininas se manifesta. Talvez isto seja menos importante para ela do que poder ficar perto de filho e marido e ainda ter um trabalho que aprecia como fonte de renda. Isto reforça a divisão sexual e social do trabalho ainda persistentes em nossos dias. No caso do Brasil, como a divisão sexual do trabalho se apresenta? Dê exemplos. Não esquecer de consultar Madalozzo & Blofield (2017).
3. O trabalho dentro da própria casa também se mostra como fator limitante para a progressão da profissional: ela não é empreendedora autônoma; não pode definir seu próprio modo e tempo de trabalho diário; está submetida a um regimento do Estado Colombiano e à sua fiscalização e avaliação também; não recebe remuneração compatível com todas as atribuições que desempenha. Mesmo não sendo profissionais autônomas ou empreendedoras, que são uma alternativa para as pessoas que desejam

ter "seu próprio negócio", estas trabalhadoras misturam tarefas domésticas e educativas, e ainda cedem sua própria casa para realizar o trabalho. Percebe-se um conflito entre o trabalho privado x o trabalho público. Quais os conflitos existentes no caso do Brasil quando se fala em vida pessoal versus vida profissional? Não esquecer de consultar DaMatta (1997); Bourdieu (2014).

4. Importante observar um padrão semelhante entre as mulheres da América Latina quando comparadas com as MC colombianas, representadas aqui por Adriana: a) pertencem aos estratos de menor renda do país; b) estão inseridas no mercado de trabalho e, c) são as principais responsáveis pelo cuidado e sustento de suas famílias e pelos afazeres domésticos. Vocês conseguem apontar outras semelhanças? Não esquecer de consultar Madalozzo & Blofield (2017); Kraiser & Mota-Santos (2021);

Notas

¹ *Madre Comunitária*: "Mulher com atitude e aptidão para o trabalho com crianças, que seja maior de idade e menor de 55 anos, com reconhecido comportamento social e moral, com o mínimo de 4 anos de escolaridade, que possua casa adequada ou tenha disposição para atender as crianças em espaço comunitário, aceite a vinculação ao programa como um trabalho solidário e voluntário, que esteja disposta a capacitar-se para dar uma melhor atenção aos beneficiários, tenha boa saúde e conte com o tempo necessário para dedicar-se às crianças." (Tradução pessoal de ICBF, Acuerdo 21, 1996, Artículo 5).

² *Um relatório da OCDE (OCDE, 2016) demonstrou que 69% da educação infantil do país acontece nestes HCB.*

³ *Assim como observado por Madalozzo & Blofield (2017) entre mulheres de baixa renda em São Paulo.*

⁴ *Os Jardins Educativos Comunitários atendem a 7% das crianças de 0 a 5 anos no país (OCDE, 2016)*

REFERÊNCIAS

BEDOYA HERNÁNDEZ, M. H. (2013). Redes del cuidado: Ética del destino compartido en las madres comunitarias antioqueñas. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 11 (2), pp. 741-753.

BEDOYA HERNÁNDEZ, M.H. (2016). Madres comunitarias antioqueñas y su vocación por el cuidado. *Revista Virtual Universidad Católica del Norte*, 47, 113-127 Recuperado de <http://revistavirtual.ucn.edu.co/index.php/RevistaUCN/article/view/745/1271>

BOURDIEU, P. (2014). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

DAMATTA, R. (1997). Rio de Janeiro: Rocco. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.

DUBAR, C. (2012). A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. F. Machado (Trad.). *Cadernos de Pesquisa*, 42(146), 351–367. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000200003>

HIGUITA BEDOYA, N.M. (2016). *Identidade profissional de las madres comunitarias: entre biografías e narrativas. Una investigación sobre la profesionalización*. Dissertação del Magíster en educación, Universidad Antioquia, Medellín.

INSTITUTO COLOMBIANO DE BIENESTAR FAMILIAR (ICBF). (2011). Lineamiento técnico administrativo, modalidad Hogares Comunitarios de Bienestar en todas sus formas (familiares, grupales, múltiples, múltiples empresariales y jardines sociales) para la atención a niños y niñas hasta los cinco (5) años de edad. Dirección de prevención. Bogotá.

JARAMILLO, L. (2009). La política de primera infancia y las madres comunitarias. *Revista del Instituto de Estudios en Educación Universidad del Norte* no 11 diciembre, 2009
Issn1657-2416

KRAISER, M.; MOTA-SANTOS, Carolina. O trabalho dentro da casa ou a casa dentro do trabalho? Um estudo com mulheres (trabalhadoras em domicílio e empreendedoras) do setor de lingerie em Minas Gerais. *Revista de Gestão e Secretariado*, v.12, p.205-230, 2021.

MACHADO, H. V. (2003). A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. *RAC Revista de Administração Contemporânea*, 7(spe), 51–73. <https://doi.org/10.1590/S1415-6552003000500004>

MADALOZZO, R & BLOFIELD, M (2017). Como famílias de baixa renda em São Paulo conciliam trabalho e família? *Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(1): 422, janeiro-abril

MOTA-SANTOS, Carolina; CARVALHO NETO, A. M.; VERSIANI, F.; Caeiro, M.; MARTINS, M. G. As mulheres estão quebrando as paredes de vidro? Um estudo com empreendedoras mineiras. *Revista Economia & Gestão*, v. 16, p. 57-70, 2016.

ODCE INFORME (2016) *La Educación en Colombia – Revisión de Políticas Nacionales de educación*, 336 páginas. La versión original de este libro fue impresa con el título *Education in Colombia* © 2016, Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE), Paris.

PINZÓN, M. R. (2015). Madres comunitarias? Un caso paradigmático de la forma en que el derecho produce identidades. *Estudios sobre feminismo y género*, n.15, 111-139, Enero-abril.

PROST, A. & VINCENT, G. História da vida privada, 5: *Da Primeira Guerra a nossos dias*, 1992, Companhia das Letras, São Paulo. ISBN85-7164-082-3 (obra completa). – ISBN 85-7164-240-0 (V.5)